



**REPÚBLICA DE ANGOLA
TRIBUNAL PROVINCIAL DE LUANDA
2ª SECÇÃO DA SALA DO CÍVEL E DO
ADMINISTRATIVO**

TERMO DE CONCLUSÃO

Aos 30 de Abril de 2020

A/o Escrivã/o de Direito

José Francisco

**PROCESSO N.º 33/20-A
SENTENÇA N.º 60/20**

XXX

=SENTENÇA=

1.RELATÓRIO

Ministério Público junto do Serviço Nacional de Recuperação de Activos em representação do Estado. Intentou o presente Procedimento Cautelar Não Especificado, ao abrigo da al. a) do artigo 186º da Constituição da República de Angola, da al. a) do artigo 36º da Lei nº 22/12, de 14 de Agosto, Lei Orgânica da Procuradoria-Geral da República e do Ministério Público, do nº 1 do artigo 20º, do artigo 381 a 387º e do artigo 399º a 401º, todos do Código de Processo Civil, contra:

- **Banco BIC, S.A**, com sede em Luanda, no Município de Belas, gaveta da Avenida A2 com a Via F16, Talatona, contribuinte fiscal nº 540128908, representado pelo Presidente do Conselho de Administração;

- **Isabel José dos Santos**, residente habitualmente em Luanda, no Condomínio Morro Bento, Rua do Kuango, casas nºs 43 e 44, Município de Luanda, Distrito da Samba, actualmente ausente do país e a residir em parte incerta;

- **Sindika Dokolo**, residente habitualmente em Luanda, no Condomínio Morro Bento, rua do Kuango, casa nºs 43 e 44, Município de Luanda, Distrito da Samba, actualmente ausente do país e a residir em parte incerta;

- **Mário Filipe Moreira Leite da Silva** titular do passaporte nº J467281, de nacionalidade portuguesa, residente na rua Silva Carvalho, nº 265-2º Esquerdo, 1250-25, Lisboa.

Pede que, o presente Procedimento Cautelar seja julgado procedente e provado, e, por via dele, o Requerido Banco BIC, seja notificado para ser impedido de cobrar ao Estado e a sua empresa pública SODIAM, qualquer prestação referente ao contrato de mútuo entre a SODIAM EP e o Banco BIC, até a decisão final da acção principal, devendo ser decretada sem audição prévia dos Requeridos para que não se ponha em risco o fim da providência nos termos do nº 2 do artigo 400º do Código de Processo Civil.

Aquele *ab initio* apresenta como questão prévia, o facto de existir uma ligação entre os requeridos **Isabel José dos Santos, Sindika Dokolo e Mário Filipe Moreira Leite da Silva**. Nesta, mostra que os mesmos sempre actuaram directa ou indirectamente em conjunto, realizando vários negócios milionários, usando na maioria deles fundos pertencentes ao Estado Angolano.

Em aditamento a questão prévia refere também que a requerida Isabel José dos Santos, é filha primogénita do antigo Presidente de Angola, Eng.º José Eduardo dos Santos sendo que, nesta qualidade beneficiou de vários negócios lucrativos envolvendo o Estado em proveito próprio, tendo inclusive participado através de sociedades veículos, em negócios com empresas públicas, como por exemplo, as empresas SODIAM, a SONANGOL EP e a, END EP.

Explica também nesta que, o requerido Sindika Dokolo, é um cidadão de múltiplas nacionalidades e é casado com a requerida Isabel dos Santos, sendo parceiros no mundo dos negócios, aparecendo aquele com qualidades

distintas, ora como acionista de algumas empresas, ora como vogal em alguns Conselhos de Administração.

Para idealização dos seus negócios, utilizaram o requerido Mário Silva, economista, que está presente em quase todos os Conselhos de Administração de quase todas as empresas daqueles nomeadamente: a empresa **EFACEC POWER SOLUTION**; a empresa **SANTORO HOLDING SGPS,S.A**; a empresa **SANTORO FINANCE- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, S.A**; a empresa **FIDEQUITY-SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A**; a empresa **NOS S.G.P.S, S.A**; a empresa **SOCIP-SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES, S.A**; a **FINSTAR-SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES, S.A**; a empresa **ESPERAZA HOLDING B.V**; o **BANCO DE FOMENTO DE ANGOLA, S.A**; a empresa **NOVA CIMANGOLA,S.A**; a empresa **KENTO HOLDING LIMITED**; a empresa **EXEM MINING B.V**; a **MELBOURNE INVESTMENTS BV**; a **VICTORIA HOLDING LIMITED**; e a **VICTORIA LIMITED**.

Citaram igualmente o facto de algumas acções praticadas pelos requeridos serem actualmente objecto de investigação criminal, em processos-crime, que correm os seus trâmites na Direcção Nacional de Investigação e Acção Penal da Procuradoria-Geral da República (DNIAP), onde foram constituídos arguidos, constando o Estado Angolano como ofendido.

Para alicerçar e justificar a sua pretensão, o requerente (Ministério Público) apresenta os seguintes fundamentos de razão:

a) Alega que, no dia 03 de Junho de 2010, o requerido Mário Filipe Moreira da Silva enviou um e-mail ao requerido Sindika Dokolo apresentando uma oportunidade de investimento numa sociedade de direito suíço, a **DE GRISOGONO**, que comercializava relógios e produtos de alta joalheria, nesse e-mail, dizia que “devido a ausência de uma estrutura financeira adequada, conjugada com a crise financeira que se vivia na altura, a empresa **DE GRISOGONO** ficou numa situação económico-financeira difícil, tanto que os bancos credores declararam vencidas as linhas de crédito existentes no montante de USD 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de dólares norte americanos) e notificaram o acionista maioritário para apresentar uma solução de reestruturação financeira e de gestão, até ao final do mês de Junho do mesmo ano, sob pena de iniciar os procedimentos para a venda da aludida empresa ou inclusive a sua dissolução”, referiu que em termos estratégicos estavam perante uma oportunidade para os investidores angolanos tomarem o controlo da **DE GRISOGONO**, contribuindo desta forma para o reforço de Angola na cadeia de valor no

José dos Santos e Sindika Dokolo. Anteriormente denominada **EXEM MINING B.V.**, também com 50% das participações sociais, mas com o total controlo da empresa **VICTORIA HOLDING LIMITED**. E aos 06 de Setembro de 2010, foi constituída a empresa **VICTORIA LIMITED**, cujos sócios são a **VICTORIA HOLDING LIMITED** com 1.499 de acções e **Sindika Dokolo**, com 1 acção.

Explica que o requerido **Mário Silva** era Diretor-geral tanto da Victoria Holding Limited, como da Victoria Limited.

Mostra que aos 23 de Maio de 2011, foi assinado um Memorando de Entendimento, entre **Fawaz Gruosi** que representava a **DE GRISOGONO** e **Sindika Dokolo** que representava a **VICTORIA LIMITED**. Neste a primeira comprometia-se a transferir o seu controlo e gestão para a segunda ou para uma outra nova sociedade constituída pela **VICTORIA LIMITED** numa jurisdição escolhida pelos requeridos, enquanto investidores. **Fawaz Gruosi** deteria 25% do capital social e do direito de voto, e a **Victoria Limited** enquanto investidora deteria 75% das participações sociais e do direito de voto.

Ainda no Memorando de Entendimento, as partes convencionaram que a **Victoria Limited** adquiria a totalidade dos créditos detidos pelas instituições financeiras sobre a **DE GRISOGONO** e respectivas subsidiárias num montante de CHF 22.000.000,00 (vinte e dois mil francos suíços), até Junho de 2011.

Também mostra que a 24 de Fevereiro de 2012, foi assinado o acordo parassocial ente a empresa pública **SODIAM EP** e a empresa holandesa **MELBOURNE INVESTMENTS B.V.**, (de Isabel dos Santos e Sindika Dokolo) para a constituição da Sociedade **VICTORIA HOLDING LIMITED**, que de per si já era desvantajoso aos interesses do Estado Angolano, na medida em que previa cláusulas extremamente favoráveis aos interesses dos requeridos, tais como:

- A sociedade **MELBOURNE INVESTMENTS BV** nomeava 4 (quatro) directores ao passo que a **SODIAM EP** apenas podia nomear 2 (dois) directores, no entanto, por razões alheias a esta empresa pública, a mesma jamais indicou os 2 (dois) directores, pois nunca teve conhecimento do negócio, nem da sua estratégia.

- Se a Sociedade **MELBOURNE INVESTMENTS BV** dissidisse vender as suas participações sociais a terceiros, a **SODIAM EP** também estaria obrigada a fazê-lo porém, o inverso já não era aplicável.

- Que cabia à Sociedade **MELBOURNE INVESTMENTS BV** definir a estratégia do negócio. A **SODIAM EP** não tinha acesso ao mesmo.
- Se a **SODIAM EP** decidisse sair do negócio teria de indemnizar a **Melbourne Investments**.

Em aditamento mostra que aos 14 de Fevereiro de 2012 a **SODIAM EP** contraiu um financiamento junto do Banco BIC “contrato de mútuo 0069/2012” no valor de USD 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares Norte Americanos) para o investir no negócio acima referido, por via do Despacho Presidencial n.º 20/12 de 23 de Fevereiro, foi emitida uma Garantia Soberana do Estado no valor de USD 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares Norte Americanos) com o objectivo de garantir a operação de financiamento do Banco BIC (cuja beneficiária é a requerida Isabel dos Santos) à **SODIAM**.

Deste financiamento, a **SODIAM EP** transferiu de forma parcelar para a empresa veículo, **VICTORIA HOLDING LIMITED**, na sua conta no Banco Euro BIC Portugal, os seguintes valores monetários:

- i) USD 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de dólares Norte Americanos) a 14 de Fevereiro de 2012;
- ii) USD 10.000.000,00 (dez milhões de dólares Norte Americanos) aos 11 de Maio de 2012;
- iii) USD 12.000.000,00 (doze milhões de dólares Norte Americanos) aos 3 de Janeiro de 2013;
- iv) USD 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares Norte Americanos) aos 25 de Fevereiro de 2013;
- v) USD 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares Norte Americanos) aos 10 de Maio de 2013;
- vi) USD 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil dólares Norte Americanos) aos 26 de Julho de 2013.

Alegou também o Requerente que, foi feita, no dia 29 de Maio de 2015, pelo **Ministério das Finanças** para a mesma entidade, através de uma outra “empresa veículo” criada pelos Requeridos (Isabel dos Santos e Sindika Dokolo) denominada **DE GRISOGONO HOLDING LIMITED**, uma transferência no valor de USD12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos

mil dólares Norte Americanos). Totalizando a quantia de USD 92.000.000,00 (noventa e dois milhões de dólares Norte Americanos). Porém, não obstante as transferências acima efectuadas, com vista a enviar mais dinheiro para essas empresas de direito estrangeiro, a 12 de Agosto de 2015, precisaram de reestruturação do financiamento para 146.264.434 USD (cento e quarenta e seis milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro dólares dos Estados Unidos da América).

Em consequência, para a reestruturação do montante da garantia prestada pelo Estado Angolano, foi emitida, pelo anterior Presidente da República Sua Excelência Eng.º José Eduardo dos Santos, por Despacho Presidencial nº 9/15 de 12 de Janeiro, outra Garantia Soberana no valor de USD 147.500.000,00 (cento e quarenta e sete milhões e quinhentos mil dólares Norte Americanos. Na posse do novo financiamento, aos 22 Janeiro de 2016, a **SODIAM EP** transferiu para mesma empresa veículo (**VICTORIA HOLDING LIMITED**) a quantia de USD 23.750.000,00 (vinte e três milhões, setecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América, perfazendo um total de transferências no valor de USD 115.750.000,00 (cento e quinze milhões, setecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

Em aditamento a sua fundamentação e causa de pedir, o Requerente diz que, por decisão do Executivo, chefiado pelo então Presidente da República, o remanescente do valor financiado pelo Banco BIC foi utilizado para o pagamento de dívidas de quatro empresas mineiras, produtoras de diamante, com o objectivo de aumentar-se a produção diamantífera e consequentemente rentabilizar o negócio dos Requeridos Isabel dos Santos e Sindika Dokolo no exterior do país, nomeadamente:

1) O PROJECTO LUARICA, aos 20 de Fevereiro de 2012, de acordo com o “contrato de crédito n.º 0069/2012”, recebeu na sua conta bancária n.º 1381154/35/01, no Banco BIC, a quantia de USD 4.092.000,00 (quatro milhões e noventa e dois mil dólares Norte Americanos);

2) A SOCIEDADE MINEIRA DO LUCAPA, aos 20 de Fevereiro de 2012, de acordo com o “contrato de crédito n.º 0069/2012”, recebeu na sua conta bancária n.º 1808091/35/01, no Banco BIC, a quantia de USD 5.580.000,00 (cinco milhões, quinhentos e oitenta mil dólares Norte Americanos);

3) O PROJECTO YETWENE, aos 20 de Fevereiro de 2012, de acordo com o “contrato de crédito n.º 0069/2012”, recebeu na sua conta bancária n.º

86470/35/01, no Banco BIC, a quantia de USD 11.880.000,00 (onze milhões, oitocentos e oitenta mil dólares Norte Americanos);

4) O PROJECTO FUCAÚMA, aos 20 de Fevereiro de 2012, de acordo com o “contrato de crédito n.º 0069/2012”, recebeu na sua conta bancária n.º 1251350/35/01, no Banco BIC, a quantia de USD 136.700,00 (cento e trinta e seis mil e setecentos dólares Norte Americanos).

Nestes termos, mostra o Requerente que o valor do financiamento utilizado para o pagamento da reestruturação das empresas minciras acima referidas, acrescido das despesas bancárias, totaliza o montante de USD 21.750.000,00 (vinte e um milhões setecentos e cinquenta mil dólares Norte Americanos). E, que durante todos esses anos a **SODIAM EP**, apesar do investimento realizado, nunca recebeu qualquer dividendo nem participou da gestão das empresas criadas no estrangeiro.

Limitou-se apenas a proceder ao pagamento da dívida junto do **Banco BIC** que coincidentemente é uma instituição financeira onde os outros Requeridos têm interesse directo, sendo **Isabel José dos Santos**, accionista e beneficiária efectiva de 42,5% das participações sociais, através das **Sociedades Finisantoro Holding Limited e Sociedade de Participações Financeiras, Lda**.

Refere que a **SODIAM EP**, aos 4 de Julho de 2018, a 28 de Agosto de 2018 e a 02 de Novembro de 2018, interpelou a Sociedade **VICTORIA HOLDING LIMITED** para proceder ao pagamento dos valores em dívida, porém esta empresa de direito estrangeiro, referiu que não tem resultados positivos desde 2012 e que até hoje tem cerca de USD120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares Norte Americanos) de prejuízos acumulados. Referiu ainda, que admite ter recebido esse dinheiro do Estado Angolano, ressaltando que se trata de um empréstimo, reconhecendo, portanto, a existência da dívida.

No entanto, não tem formas de proceder ao reembolso, tendo, aos 25 de Fevereiro de 2019 mencionado, através de um dos **Directores, Noel Buttigeig Scicluna**, “que o montante em dívida à **SODIAM EP** é de USD 115.750.000,00 (cento e quinze milhões, setecentos e cinquenta mil dólares Norte Americanos) acrescidos de uma taxa de juros de 9,5% ao ano”.

Ademais, avocou o Requerente que os Requeridos (**Isabel dos Santos e Sindika Dokolo**), passando procurações para o efeito, criaram para além da **VICTORIA HOLDING LIMITED**, a **VICTORIA LIMITED** e a **DE GRISOGONO HOLDING S.A**, empresas de direito estrangeiro, fazendo

com que a **SODIAM EP** perdesse a visibilidade do negócio, bem como qualquer poder decisório.

Assim:

- a) Na **VICTORIA HOLDING LIMITED**, sociedade de direito Maltês, a **SODIAM EP** e a empresa **Melbourne Investments, BV** detêm cada uma 50% das participações sociais;
- b) Na **VICTORIA LIMITED**, Sociedade de direito Maltês, a **SODIAM EP** já detém uma participação social de 39,6%;
- c) Na **DE GRISOGONO HOLDING S.A** criada pela empresa (**Victoria Limited**) em Luxemburgo, a **SODIAM EP** passou a deter uma participação minoritária de 28,7%. E foi a empresa **DE GRISOGONO HOLDING S.A** que fez a “ponte” para a entrada dos capitais transferidos pela **SODIAM EP** para a empresa falida na Suíça, **DE GRISOGONO S.A**, na qual a **SODIAM EP** detém 36,25% das participações sociais.

Mostra inclusive que, a sociedade **VICTORIA LIMITED** pertence à **VICTORIA HOLDING LIMITED**, tendo o mesmo director (o Requerido, **Mário Filipe Moreira Leite da Silva**), o mesmo advogado que assinou o acto constitutivo das referidas empresas (**Anthony Cremona**) e, ambas têm, igualmente, o mesmo domicílio (171, Old Bakery Street, Valletta VLT, 1455, Malta) e a mesma trabalhadora que desempenha funções de Secretária (**Claire Valletta Giordano**).

Ressalta que a Requerida, **Isabel José dos Santos** sempre comercializou diamantes, tendo inclusive participação na empresa **IAXHON**, anteriormente designada por **TAIS**, junção dos nomes Tatiana mãe de Isabel, que detinha 24,5% da sociedade **ANGOLA SELLING CORPORATION, ASCORP-Comercialização e Liquidação de Diamantes, SARL**, empresa que nos anos 90 comercializava os diamantes de Angola. Acrescem que a **IAXHON**, bem como outras empresas relacionadas com os Requeridos, nomeadamente, **RELACTANT, ODISSEY** e a **NEMESIS INTERNATIONAL**, eram clientes preferenciais da **SODIAM EP** na comercialização de diamantes.

Inclusive a Requerida **Isabel José dos Santos**, preocupada com a continuidade do negócio, após a alteração do Conselho de Administração da **SODIAM EP**, já com o novo Executivo em funções, solicitou por contacto telefónico ao actual Presidente do Conselho de Administração da **SODIAM EP**, Eng.º **Eugénio Pereira Bravo da Rosa**, que recebesse o Requerido **Sindika Dokolo** para que continuasse o negócio dos diamantes. Foi assim que **Sindika Dokolo** foi recebido, no dia 9 de Novembro de 2017, pelas 12h:31min, na sede da **SODIAM EP**, pelo supracitado Presidente do Conselho de Administração.

Os Requeridos, com os valores obtidos as custas do Estado angolano, gerem várias lojas de joias de luxo em diversas partes do mundo, nomeadamente Dubai, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos de América, China, Hong Kong, Singapura, Tailândia, Brasil, Santa Lúcia, Jamaica, República Dominicana e actualmente em França. Desta maneira, o negócio dos diamantes abriu portas à Requerida **Isabel José dos Santos**, para o jet set internacional, permitindo-lhe participar em eventos milionários com distintas figuras.

Mais ainda, durante todos esses anos a SODIAM EP teve muitas dificuldades no cumprimento da obrigação contraída com o **Banco BIC**, tendo estado em vias de falência.

- Por força disso, para reforço de tesouraria, o **Ministério das Finanças** através de **recursos do Tesouro Nacional**, celebrou um “contrato ponte” onde se comprometeu a pagar 2/3 dos juros do referido financiamento. Para agravar a situação, já no mês de Agosto do presente ano, a SODIAM terá de pagar ao Banco BIC, uma prestação de capital acrescida de juros no valor de USD 28.512.351,27 (vinte e oito milhões, quinhentos e doze mil, trezentos e cinquenta e um dólares Norte Americanos e vinte sete cêntimos), para além do capital mensal de USD 181.250 (cento e oitenta e um mil, duzentos e cinquenta dólares Norte Americanos).

Porém, o Ministério das Finanças já não poderá continuar a ajudar a pagar a dívida em virtude da crise económica que o país vive, com o resultado da baixa da venda do petróleo nos mercados internacionais. Inclusive, apesar de o Ministério das Finanças de Angola ter celebrado o “contrato ponte” com SODIAM EP, no sentido de proceder ao pagamento de 2/3 da dívida, o que é facto, é que, por falta de recursos, deixou de a apoiar, tendo inclusive solicitado aquela empresa pública a devolução de todos os valores já emprestados, no valor USD 28.827.553.38 (vinte e oito milhões, oitocentos e vinte e sete mil, quinhentos e cinquenta e três dólares Norte Americanos e trinta e oito cêntimos).

Assim, é inequívoco a existência de um direito de crédito contra os Requeridos Isabel dos Santos, Sindika Dokolo e Mário Filipe Moreira Leite da Silva a favor do Estado Angolano, pois foram transferidos pela SODIAM EP valores monetários para a VICTORIA HOLDING LIMITED bem como para a DE GRISOGONO HOLDING S.A., ambas empresas estrangeiras detidas directa ou indirectamente pelos requeridos.

Com este negócio fraudulento, o Estado Angolano teve prejuízos de USD 4.920.324.358,86 (quatro mil milhões, novecentos e vinte milhões,

trezentos e vinte quatro mil, trezentos e cinquenta e oito dólares Norte Americanos e oitenta e seis centavos) ou seja:

- a) Pelo custo de oportunidade, teve um prejuízo no valor de USD 51.079.079,93 (cinquenta e um milhões, setenta e nove mil, setenta e nove dólares Norte Americanos e noventa e três centavos);
- b) Pagou ao Banco BIC até a presente data USD 133.592.778,76 (cento e trinta e três milhões, quinhentos e noventa e dois mil, setecentos e setenta e oito dólares Norte Americanos e setenta e seis centavos);
- c) Assumiu uma dívida no valor de USD 146.264.434,00 (cento e quarenta e seis milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro dólares Norte Americanos);
- d) Tem a pagar de juros remuneratórios ao Banco BIC o valor de USD 106.079.212,00 (cento e seis milhões, setenta e nove mil, duzentos e doze dólares Norte Americanos);
- e) 4.411.000.000,00 (quatro mil milhões, quatrocentos e onze milhões de dólares Norte Americanos).

Face o alegado nos articulados supra, avocou o Requerente (Ministério Público), que o crédito que o Estado Angolano tem sobre os Réus, está no valor de USD 509.324.358,86 (quinhentos e nove milhões, trezentos e vinte e quatro mil, trezentos e cinquenta e oito dólares Norte Americanos e oitenta e seis centavos).

A Requerente concluiu a sua pretensão, dizendo:

Deve o presente Procedimento Cautelar ser julgado procedente e provado... devendo ser decretado sem audição prévia dos Requeridos para que não se ponha em risco o fim da providência nos termos do nº 2 do artigo 400º do Código de Processo Civil.

1.1 AUDIÇÃO PRÉVIA.

Este Tribunal anuiu o pedido de não audição prévia dos Requeridos, pois perante a prova sumária apresentada pela Requerente e exigida no nº 1 do artigo 400º, do Código de Processo Civil pois, considera que a sua audição poria em risco o fim da providência, risco esse traduzido no facto de que em qualquer sociedade os homens são portadores de necessidades e os bens aptos a satisfazê-los, são hoje na sociedade em que estamos inseridos raros ou limitados.

À relação entre bem e necessidade mostra o interesse de proteção do fim da providência.

O conflito de interesses que se geraria com a audição daqueles, contraposto com o bem e a necessidade da interposição da providência pelo Estado, mostra que se os requerentes dela se não se aperceberem, não serão os mesmos latentes, por falta de consciência da sua existência, pois na prova sumária vê-se que os Requeridos (Isabel dos Santos, Sindika Dokolo, Mário Silva e Banco BIC) como portadores de interesses, decidiram promover a sua realização ainda que à custa de interesses alheios e da maioria do povo angolano.

Assim o Estado aqui entendido como uma coletividade, ou seja como um povo fixo num determinado território, que nele institui, por autoridade própria, um poder político relativamente autónomo e, ainda a formação do Estado como sociedade politicamente organizada que tem em vista a prossecução de determinados objectivos e fins, que em termos abstractos dividem-se classicamente entre a Segurança, a Justiça e o Bem-estar económico, social e cultural, mostra ser fundado esse reccio e legitima a decisão de não audição prévia dos requeridos.

Olhando para a Segurança nas suas mais diversas facetas como: a Segurança interna ou ordem interna; a Segurança externa, ou defesa da colectividade perante o exterior; a Segurança individual proporcionada através de normas jurídicas executadas pelos órgãos do Estado, dos direitos e deveres reconhecidos a dado cidadão; e a Segurança colectiva, enquanto realidade que envolve toda a comunidade considerada, com a audição estariam e continuariam a ser prejudicadas.

Também a Justiça, visando a substituição nas relações entre os homens, do arbítrio por um conjunto de regras capazes de, consensualmente estabelecer uma nova ordem e, assim satisfazer uma aspiração por todos sentida, seria afectada, e a decisão de não audição prévia dos requeridos funda-se aqui para além do respaldo legal acima referido, também no facto de poder aquela audição pôr em causa tanto a Justiça comutativa, como a distributiva e a redistributiva, pois na primeira o Estado deve garantir, nas relações entre os cidadãos, a equivalência dos valores permutados, o que significa que cada qual deve receber, nas relações recíprocas, de acordo com a prestação que efectuou a certo ou certos concidadãos; a Justiça distributiva seria afectada, por ser aquela segundo a qual cada cidadão deve receber proventos da colectividade de acordo com o tipo de actividade produtiva que, permanentemente, lhe presta e a situação social de carência em que se encontram os nossos concidadãos também revela e fundamenta em si tal decisão de não audição prévia dos Requeridos.

E, surgindo por vezes, e podendo-se falar neste caso em concreto, em Justiça redistributiva, por visar corrigir desigualdades existentes, que deixam em situações de desfavorecimentos aqueles já com uma situação mais carenciada, o Tribunal toma com segurança tal posição.

Não deixou também de considerar na sua posição, o Bem-estar económico, social e cultural dos cidadãos angolanos, tendo em atenção que o mesmo tem por base a promoção das condições de vida dos cidadãos em termos de garantir o acesso, em condições sucessivamente aperfeiçoadas, a bens e serviços, considerados fundamentais pela colectividade, tais como bens económicos que, permitam a elevação do nível de vida de estratos sociais cada vez mais amplos, e serviços essenciais, por exemplo, os que contemplam a educação, a saúde e a segurança social.

Assim, ordeno a não audiência dos requeridos, porque a mesma pode pôr em risco a utilidade da providência.

2.SANEAMENTO

O Tribunal é competente em razão da nacionalidade, matéria e hierarquia. O processo encontra-se isento de nulidades que o invalidem na totalidade. O processo é próprio e válido, designadamente o presente Requerimento Inicial não é inepto. Às partes são dotadas de Personalidade Jurídica, estão devidamente patrocinadas e são legítimas.

3.QUESTÕES A DECIDIR

Basicamente importa aferir:

- Necessidade de prevenção de um perigo, que não será satisfeito com a demora a que estão sujeitos os processos principais;
- Aparência de um direito (*fomus boni iuris*);
- Perigo de insatisfação desse direito, com fundado receio de que outrem, antes de proposta a acção principal ou na pendência dela, cause lesão grave ou de difícil reparação ao direito do requerente (*periculum in mora*);
- Adequação da providência solicitada para evitar a lesão;
- Justo equilíbrio entre os dois prejuízos, o que a providência pode causar e o que pode evitar;

Isto é, na verdade verificar se estão preenchidos os requisitos do procedimento cautelar não especificado aos quais far-se-á alusão infra.

4. FACTOS DADOS COMO PROVADOS OU INDICIARIAMENTE PROVADOS

Resultou como provados e indiciariamente provada, a seguinte materialidade fáctica:

- A Requerida, Isabel José dos Santos, beneficiou de vários negócios lucrativos envolvendo o Estado em proveito próprio, tendo inclusive participado através de “sociedades veículos” em negócios com empresas públicas, como é caso da SODIAM EP, da SONANGOL EP e da ENDE, EP (docs. n.º 1, 2 e 3, de folhas 26 a 72 dos autos).

- O Requerido Sindika Dokolo, cidadão de múltiplas nacionalidades, é casado com a Requerida, Isabel José dos Santos e ambos têm sido parceiros no mundo dos negócios, aparecendo aquele (Sindika Dokolo) com qualidades distintas, ora como acionista de algumas empresas, ora como vogal em alguns Conselhos de Administração (doc. 4, de folhas 73 a 88 dos autos).

- O Requerido Mário Filipe Moreira Leite da Silva é um cidadão de nacionalidade portuguesa, Economista, presente nos Conselhos de Administração de quase todas as empresas dos Requeridos Isabel dos Santos e Sindika Dokolo. Na Elfacec Power Solution; na Santoro Holding SGPS, S.A; na Santoro Finance-Prestação de Serviços S.A; na Fidequity-Serviços de Gestão, S.A; na NOS S.G.P.S, S.A; na SOCIP- Sociedade de Investimento e Participações, S.A; na Finstar-Sociedade de investimentos e Participações, S.A; na Esperaza Holding B.V; no Banco de Fomento de Angola, S.A; na Nova Cimangola, S.A; na Kento Holding Limited; na Victoria Holding Limited; Victoria Limited. (doc. 5, folhas 89 a 115 dos autos).

- Os requeridos Mário Silva e Sindika Dokolo levaram Sua Excelência o Eng.º José Eduardo dos Santos, anterior Presidente de Angola a acreditar que, financiando a DE GRISOGONO, Angola teria vantagens económicas superiores ao que se investiria naquela, na área diamantífera (docs. 6 e 7 de folhas 116 a 119 dos autos).

- A SODIAM EP no cumprimento das orientações de Sua Excelência o anterior Presidente José Eduardo dos Santos, investiu na empresa Suíça, DE GRISOGONO S.A., que se encontrava em estado de falência técnica, como contrapartida do negócio, os donos da referida empresa DE GRISOGONO S.A cederam as suas participações sociais à SODIAM EP e aos Requeridos (Isabel José dos Santos e Sindika Dokolo), por intermédio de “empresas veículo” (docs. n.º. 8 e 9, de folhas 120 a 158 dos autos).

- Aos 25 de Agosto de 2010, criaram os Requeridos Isabel dos Santos e Sindika Dokolo, na República de Malta, a VICTORIA HOLDING LIMITED, cujos sócios eram a SODIAM EP (na altura) com 50% das participações sociais e a MELBOURNE INVESTMENTS BV, anteriormente EXEM MINING B.V, também com 50%, constituída está também, pelos Requeridos Isabel José dos Santos e Sindika Dokolo, detendo, estes, o total controlo da mesma.

Ainda em Malta, aos 6 de Setembro de 2010, foi constituída a empresa VICTORIA LIMITED, cujos sócios são a VICTORIA HOLDING LIMITED e Sindika Dokolo. Nesta empresa, o Requerido Mário Filipe Moreira Leite da Silva, tal como na VICTORIA HOLDING LIMITED, era o Director-geral. (docs. nº 10 e 11, folhas 159 a 187 dos autos).

- Aos 23 de Maio de 2011, Fawaz Gruosi, em representação da DE GRISOGONO S.A. assinou um Memorando de Entendimento com a Victoria Limited, representada pelo Requerido Sindika Dokolo, na qual comprometia-se a transferir o controlo e a gestão da De Grisogono para a Victoria Limited. Fawaz Gruosi deteria 25% do capital social e direito de voto e a Victoria Limited enquanto investidora deteria 75% das participações sociais e do direito de voto. (doc. nº. 12, folhas 188 a 197 dos autos).

- A empresa VICTORIA LIMITED adquiriu até Junho de 2011, a totalidade dos créditos detidos pelas instituições financeiras sobre a DE GRISOGONO e respectivas subsidiárias num montante de CHF 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de francos suíços), com dinheiro financiado pelo Estado Angolano (doc. nº. 13, folhas 198 a 216 dos autos).

- Aos 24 de Fevereiro de 2012, foi assinado, o acordo parassocial, entre a empresa pública SODIAM EP e a empresa holandesa MELBOURNE INVESTMENTS B.V constituindo a Sociedade VICTORIA HOLDING LIMITED, que previa cláusulas extremamente favoráveis aos interesses dos Requeridos Isabel dos Santos e Sindika Dokolo, designadamente: a Sociedade MELBOURNE INVESTMENTS BV nomeava 4 directores mas, a SODIAM EP apenas nomeava 2 directores; se a Sociedade MELBOURNE INVESTMENTS BV decidisse vender as suas participações sociais a terceiros, a SODIAM EP também estaria obrigada fazê-lo (porém, o inverso já não era aplicável); cabia à Sociedade MELBOURNE INVESTMENTS BV definir a estratégia do negócio; a SODIAM EP se decidisse sair do negócio teria de indemnizar a Melbourne Investments BV (doc. nº. 14, folhas 217 a 242 dos autos).

- Aos 14 de Fevereiro de 2012, a SODIAM EP contraiu um financiamento junto do Banco BIC “contrato de mútuo 0069/2012” no valor de USD 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares Norte Americanos) para o investimento na DE GRISOGONO (doc. n.º 15, folhas 243 a 251 dos autos).

- Por Despacho Presidencial n.º 20/12 de 23 de Fevereiro, foi emitida uma **Garantia Soberana do Estado** no valor de USD 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares Norte Americanos) com o objectivo de garantir a operação de financiamento do Banco BIC à SODIAM, deste financiamento, a SODIAM EP transferiu de forma parcelar para a empresa veículo, VICTORIA HOLDING LIMITED, na sua conta no Banco Euro BIC Portugal, os seguintes valores monetários: USD 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de dólares Norte Americanos); USD 10.000.000,00 (dez milhões de dólares Norte Americanos); USD 12.000.000,00 (doze milhões de dólares Norte Americanos); USD 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares Norte Americanos); USD 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares Norte Americanos); USD 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil dólares Norte Americanos), (docs. n.º 16 e 17, folhas 252 a 270 dos autos).

- No dia 29 de Maio de 2015, o Ministério das Finanças, através de uma outra “empresa veículo” criada pelos Requeridos Isabel Dos Santos e Sindika Dokolo denominada DE GRISOGONO HOLDING LIMITED, transferiu o valor de USD 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil dólares Norte Americanos) totalizando a quantia de USD 92.000.000,00 (noventa e dois milhões de dólares Norte Americanos). A 12 de Agosto de 2015, foi feita uma reestruturação do financiamento no valor de USD 146.264.434 (cento e quarenta e seis milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro dólares Norte Americanos), através de outra **Garantia Soberana** prestada pelo Estado Angolano, emitida, pelo anterior Presidente da República Sua Excelência Eng.º José Eduardo dos Santos, por **Despacho Presidencial n.º 9/15 de 12 de Janeiro**, **Garantia Soberana** esta, emitida no valor de USD 147.500.000,00 (cento e quarenta e sete milhões e quinhentos mil dólares Norte Americanos).

Com o novo financiamento, aos 22 Janeiro de 2016, a SODIAM EP transferiu para mesma empresa veículo (VICTORIA HOLDING LIMITED) a quantia de USD 23.750.000,00 (vinte e três milhões, setecentos e cinquenta mil dólares Norte Americanos), (docs. 18, 19, 20, 21 e 22 de folhas 271 a 285 dos autos):

- A SODIAM EP, apesar do investimento realizado, nunca recebeu qualquer dividendo nem participou da gestão das empresas criadas no

exterior do país, apenas procedeu ao pagamento da dívida junto do Banco BIC que é uma Instituição Financeira onde Isabel José dos Santos, é accionista e beneficiária efectiva de 42,5% das participações sociais, através das Sociedades Finisantor Holding Limited e Sociedade de Participações Financeiras, Lda. (docs.nº. 23 e 24, folhas 286 e 287 dos autos).

- A SODIAM EP aos 4 de Julho de 2018, a 28 de Agosto de 2018 e a 02 de Novembro de 2018, interpelou a Sociedade VICTORIA HOLDING LIMITED para proceder ao pagamento dos valores em dívida, porém esta empresa estrangeira referiu que não tem resultados positivos desde 2012 e que até hoje tem cerca de USD 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares Norte Americanos) de prejuízos acumulados. (doc. n.º 25, folhas 288 a 302 dos autos).

- Admissão de recebimento de dinheiro do Estado Angolano por meio de um empréstimo, e reconhecimento, da existência do montante em dívida à SODIAM EP de USD 115.750.000,00 (cento e quinze milhões, setecentos e cinquenta mil dólares Norte Americanos) acrescido de uma taxa de juros de 9,5% ao ano”. Tal como a declaração de não reembolso, através de um dos Directores, Noel Buttigeig Scicluna, (docs. 26, folhas 301 a 304 dos autos).

- Procurações para criação da VICTORIA HOLDING LIMITED, da VICTORIA LIMITED e a DE GRISOGONO HOLDING S.A, empresas de direito estrangeiro, fazendo com que a SODIAM EP perdesse a visibilidade do negócio, bem como qualquer poder decisório. (docs. nº. 27, 28 fls. 305 a 343 dos autos).

- Na VICTORIA HOLDING LIMITED, sociedade de direito Maltês, a SODIAM EP e a empresa Melbourne Investments, BV detêm cada uma 50% das participações sociais; na VICTORIA LIMITED, Sociedade de direito Maltês, a SODIAM EP detém uma participação social de 39,6%; na DE GRISOGONO HOLDING S.A criada pela empresa (Victoria Limited) em Luxemburgo, a SODIAM EP detém uma participação minoritária de 28,7%. A empresa DE GRISOGONO HOLDING S.A fez a “ponte” para a entrada dos capitais transferidos pela SODIAM EP para a empresa falida na Suíça, DE GRISOGONO S.A.,

- A sociedade VICTORIA LIMITED pertence à VICTORIA HOLDING LIMITED, têm o mesmo director (o Requerido, Mário Filipe Moreira Leite da Silva), o mesmo advogado (Anthony Cremona), o mesmo domicílio (171, Old Bakery Street, Valletta VLT, 1455, Malta), e a mesma Secretária

(Claire Valletta Giordano), (docs. 29, 30, 31 e 32, folhas 344 a 390 dos autos).

- A Requerida, Isabel José dos Santos sempre esteve ligada à comercialização de diamantes, tem participação na empresa IAXHON, anteriormente designada por TAIS, junção dos nomes Tatiana mãe de Isabel e do dela, que detinha 24,5% da sociedade ANGOLA SELLING CORPORATION, ASCORP-Comercialização e Liquidação de Diamantes, SARI., na IAXHON, na RELACTANT, ODISSEY e na NEMESIS INTERNATIONAL, todas essas empresas dos requerentes eram clientes preferenciais da SODIAM EP na comercialização de diamantes. (docs. n.º 33, 34,35 e 36 folhas 391 a 439 dos autos).

- Os Requeridos Isabel dos Santos e Sindika Dokolo, com os valores obtidos as custas do Estado angolano, gerem várias lojas de joias de luxo em diversas partes do mundo, nomeadamente Dubai, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos de América, China, Hong Kong, Singapura, Tailândia, Brasil, Santa Lúcia, Jamaica, República Dominicana e actualmente em França. (doc. n.º. 37, folhas 440 a 455 dos autos).

- A SODIAM EP tem muitas dificuldades no cumprimento da obrigação contraída com o Banco BIC, tendo estado em vias de falência, para reforço de tesouraria, o Ministério das Finanças recorreu ao tesouro nacional angolano e celebrou um “contrato ponte” onde se comprometeu a pagar 2/3 dos juros do referido financiamento ao Banco BIC, (doc. n.º. 38, fls. 456 a 464 dos autos).

- No mês de Agosto do presente ano, vencerá uma prestação de capital acrescida de juros no valor de USD 28.512.351,27 (vinte e oito milhões, quinhentos e doze mil, trezentos e cinquenta e um dólares Norte Americanos e vinte sete cêntimos), para além do capital mensal de USD181.250 (cento e oitenta e um mil, duzentos e cinquenta dólares Norte Americanos), que terão de ser pagos ao Banco BIC (doc. n.º. 39, folhas 465 a 475 dos autos).

- O Ministério das Finanças já não pode ajudar a pagar a dívida em virtude da crise económica que o país vive com o resultado da baixa da venda do petróleo nos mercados internacionais, apesar de o Ministério das Finanças ter celebrado o contrato ponte com SODIAM EP, no sentido de proceder ao pagamento de 2/3 da dívida, por falta de recursos solicitou a aquela empresa pública a devolução de todos os valores já emprestados, no valor USD 28.827.553,38 (vinte e oito milhões, oitocentos e vinte e sete mil e

quinhentos e cinquenta e três dólares Norte Americanos e trinta e oito cêntimos), (doc. nº. 40, folhas 476 a 478 dos autos).

- O Estado Angolano teve prejuízos de USD 4.920.324.358,86 (quatro mil milhões, novecentos e vinte milhões, trezentos e vinte quatro mil, trezentos e cinquenta e oito dólares Norte Americanos e oitenta e seis cêntimos), pelo custo de oportunidade, teve um prejuízo no valor de USD 51.079.079,93 (cinquenta e um milhões, setenta e nove mil, setenta e nove dólares Norte Americanos e noventa e três cêntimos); pagou ao Banco BIC até a presente data USD 133.592.778,76 (cento e trinta e três milhões, quinhentos e noventa e dois mil, setecentos e setenta e oito dólares Norte Americanos e setenta e seis cêntimos); assumiu uma dívida no valor de USD 146.264.434,00 (cento e quarenta e seis milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro dólares Norte Americanos); tem a pagar de juros remuneratórios ao banco BIC o valor de USD 106.079.212,00 (cento e seis milhões, setenta e nove mil, duzentos e doze dólares Norte Americanos), (doc. nº 41, 42 e 43, folhas. 479 a 481 dos autos).

5. FUNDAMENTAÇÃO DE DIREITO

Com o presente procedimento cautelar pretende o requerente que o tribunal intime o Banco BIC e o impedindo-o de cobrar ao Estado e a sua empresa Pública SODIAM, EP qualquer prestação referente ao contrato de mútuo celebrado entre a SODIAM EP e o Banco BIC, até a decisão final da acção principal.

Importa apreciar e decidir.

Os procedimentos cautelares são expedientes jurídicos que têm por fim a tutela provisória de uma determinada situação fáctico-jurídica, dito de outro modo, têm como escopo acautelar o efeito útil da acção de que dependem.

Calamandrei (*Introduzione allo studio sistematico dei provvedimenti cautelari*, pags.31 a 51) classifica os processos ou providências cautelares em 4 (quatro) grupos:

Iº Providências destinadas à produção antecipada de provas;

IIº Providências destinadas a evitar a dissipação ou extravio de bens sobre que poderá recair a execução futura e portanto a assegurar a eficácia da execução;

IIIº Providências que antecipam a decisão do litígio, isto é, que se destinam a provocar uma decisão provisória ou interina, enquanto se não obtém a decisão final e definitiva.

Sendo esta ultima a que nos interessa. Como se vê, a expressão «**providências cautelares**» é empregada por Calamandrei, não no sentido restrito em que aparece nos artigos 381º a 384º do Código de Processo Civil, mas em sentido amplo que abrange quase todos os processos ou providências preventivas e conservatórias do capítulo IV, e no mesmo sentido a empregam geralmente as leis e os escritores estrangeiros.

Mais do que a classificação, importa a construção da figura jurídica geral da providência cautelar, isto é, a fixação dos traços e caracteres que formam o perfil dessa figura; e nesta parte é que a doutrina de Calamandrei se mostra interessante e fecunda (pág. 620, Código de Processo Civil Anotado, Volume I).

A nossa jurisprudência tem firmado que as providências cautelares se caracterizam por dois traços ou demandam dois requisitos: 1º a aparência dum direito; 2º o perigo de insatisfação desse direito. Para a verificação do primeiro requisito, acrescenta-se, basta um juízo de probabilidade ou verosimilhança; mas na apreciação do segundo é necessário um juízo de certeza ou de realidade.

As **providências cautelares** também chamadas de **procedimentos cautelares** podem ser conservatórias ou antecipatórias, sendo as primeiras as que visam manter a situação de facto anterior, por forma a prevenir a alteração que se prevê como judicial e as antecipatórias as que visam obstar a que se verifiquem prejuízos ocasionais pela demora da decisão definitiva.

O procedimento cautelar é sempre dependência de uma causa que tenha por fundamento o direito acautelado e pode ser instaurado como preliminar ou como incidente da acção.

Dispõe o artigo 399.º do Código de Processo Civil (doravante designado C.P.C), que, “quando se mostre fundado receio de que outrem, antes de a acção ser proposta ou na pendência dela cause lesão grave e dificilmente reparável ao seu direito, pode levantar providências adequadas a situação, nomeadamente a autorização para prática de determinados actos, para que o réu se abstenha de certa conduta, ou haja entrega de bens móveis e imóveis que constituem objecto da acção”.

E nos artigos 400.º e 401.º do C.P.C refere-se que “o Requerente terá de apresentar prova do direito ameaçado, e a providência é decretada tão logo se verifique que as provas apresentadas revelem uma probabilidade séria da existência do direito, e se mostre haver fundado receio da sua lesão”.

Se quisermos traçar o perfil da acção conservatória, a que melhor caberia a denominação da cautelar, de modo a diferenciá-la da figura da acção meramente declarativa, da acção de condenação e da acção constitutiva, havemos de analisar a actividade jurisdicional que está na base da providência cautelar, isto é, havemos de examinar as condições em que se encontra colocado o juiz quando emite a referida providência.

Qual é a espécie de apreciação ou de julgamento que se pede ao tribunal, quando se requiere alguma das providências cautelares designadas no Código de Processo Civil? Por outras palavras: quais são as condições ou requisitos de que depende o êxito da acção cautelar?

Se bem considerarmos, havemos de reconhecer a exactidão da doutrina. O sucesso da acção cautelar depende de dois requisitos:

- A verificação da aparência dum direito;
- A demonstração do perigo de insatisfação desse direito aparente.

Quanto ao primeiro requisito pede-se ao tribunal uma apreciação ou um juízo de mera probabilidade ou verosimilhança; quanto ao segundo pede-se-lhe mais alguma coisa: um juízo, senão de certeza e segurança absoluta, ao menos de probabilidade mais forte e convincente.

Fazendo o enquadramento com os factos, importa referir que a Constituição da República de Angola, no seu artigo 38.º promove e protege a iniciativa económica privada, reconhece o exercício a livre iniciativa empresarial e corporativa a exercer nos termos da lei. Promove e disciplina a actividade económica e os investimentos por parte de pessoas singulares ou colectivas privadas, nacionais e estrangeiras, a fim de contribuir para o desenvolvimento do país.

Um dos princípios básicos e ordenadores do Direito Civil é o princípio da Autonomia Privada, semelhante princípio que constitui um dos veículos do livre desenvolvimento da personalidade humana e, no seu aspecto mais saliente, postula a legitimidade dos particulares para autorregulamentação dos seus interesses, para auto-ordenação das suas relações jurídicas.

No Direito Privado, e no Direito Civil por especial razão, fica reservado um relevante papel à vontade individual na produção de efeitos jurídicos, como instrumento da realização de certos interesses.

A autonomia privada é a liberdade que as pessoas têm de se regerem e vincularem a si próprias, umas perante as outras, de prometerem e de se comprometerem.

Esta conhece, em Direito uma dupla utilização. Em termos amplos, ela equivale ao espaço de liberdade reconhecido a cada um, dentro da ordem jurídica: engloba tudo quanto as pessoas podem fazer num prisma material ou num prisma jurídico. Em termos restritos, a autonomia privada corresponde ao espaço de liberdade jurídica, isto é, a área reservada na qual as pessoas podem desenvolver as actividades jurídicas que entenderem.

A produção de efeitos jurídicos resulta principalmente de actos de vontade - declaração de vontade - dirigidos precisamente à produção dos referidos efeitos. Os actos jurídicos, cujos efeitos são produzidos por força de manifestação de uma intenção e em coincidência com o teor declarado dessa intenção, designam-se por negócios jurídicos.

A autonomia privada tem a sua mais cabal expressão no domínio dos contratos, donde derivam obrigações assumindo-se aí como princípio da liberdade contratual. Esta pressupõe a existência da autonomia privada, com qual às vezes chega a ser identificada ou confundida, considerando aqui em primeira linha que os requeridos a confundiram.

O campo de aplicação da autonomia privada é em geral fixado em função da chamada liberdade contratual.

A liberdade contratual prevista no artigo 405.º do Código Civil é um princípio fundamental do Direito Civil e um dos direitos principais princípios informadores dos contratos. O fundamento constitucional mais explícito da liberdade contratual está no artigo 38.º da CRA.

Esta dá a convicção de que os sujeitos económicos que agem livremente conseguem uma produção e distribuição dos bens em termos mais racionais.

Neles integram dois aspectos principais: - A liberdade de conclusão e celebração dos contratos e a liberdade de modelação do conteúdo contratual. Que traduz-se na faculdade que se reconhece as pessoas de livremente celebrar contratos ou negar a sua celebração, pois a ninguém pode ser imposto contratos contra a sua vontade ou aplicadas sanções por recusar-se a contratar, nem a ninguém pode ser imposto a abstenção de contratar. Se a pessoa quiser pode celebrar contratos e se não quiser a recusa é legítima.

Ora vejamos:

O Requerido **Mário Filipe Moreira Leite da Silva** enviou um e-mail ao Requerido **Sindika Dokolo** apresentando uma oportunidade de investimento em uma sociedade de direito suíço, **DE GRISSOGONO**, que comercializa relógios e produtos de alta joalheria.

No referido e-mail fez menção que, a empresa **DE GRISSOGONO** necessitava de um plano urgente de recapitalização no montante global de USD.100.000.000.00 (cem milhões de dólares Norte Americanos), sendo necessário uma solução local que viabilizasse a reestruturação do financiamento que teria por base uma Garantia Soberana do Estado, que permitisse assegurar um empréstimo com a maturidade mínima de 7 anos, de forma a conferir estabilidade de recursos ao projecto.

No mesmo ano de 2010, o então Presidente da República Eng.º José Eduardo dos Santos, em uma das reuniões de trabalho, ordenou verbalmente, ao então Presidente do Conselho de Administração da **SODIAM EP**, Eng.º Santo António Soares da Silva, a comercializar os diamantes no exterior do país.

Dias depois deste encontro que teve com o anterior Titular do Poder Executivo, o antigo Presidente do Conselho de Administração da **SODIAM EP** recebeu no seu gabinete o Requerido **Sindika Dokolo**, que lhe apresentou o plano de realização do negócio, e por se tratar de uma orientação do anterior Presidente da República, Sua Excelência Eng.º José Eduardo dos Santos, seguiu as instruções.

Assim, a **SODIAM EP** no cumprimento das orientações, investiu na empresa Suíça **DE GRISSOGONO S.A.** Como contrapartida do negócio, os donos da referida empresa **DE GRISSOGONO S.A.**, cederiam as suas participações sociais à **SODIAM EP** e aos Requeridos **Isabel José dos Santos e Sindika Dokolo**, por intermédio de empresas veículo o que efetivamente sucedeu.

NOTA: Estamos diante de uma relação jurídica internacional privada (pois, há contacto com mais de um Ordenamento Jurídico através da Sede da Pessoa Jurídica **DE GRISSOGONO**, e também do Lugar do Cumprimento da Obrigação) em que o **Estado** aparece como **Garante da Obrigação**, ou seja, aparece como **fiador**, e garante a satisfação do direito de crédito.

Quanto às empresas veículo vejamos:

No dia 25 de Agosto de 2010, foi criada a Sociedade **VICTÓRIA HOLDING LIMITED** em que os accionistas são a **MELBOURNE** com 50% de acções e a **SODIAM EP** com 50% de acções.

Em 06 de Setembro de 2010, foi criada a **VICTORIA LIMITED** cujos accionistas são **VICTÓRIA HOLDING LIMITED** e **Sindika Dokolo**. Em ambas sociedades, o Director Geral é o Requerido **Mário Filipe da Silva**, e estão registadas no mesmo endereço.

Ou seja, há uma ligação entre às sociedades acima mencionadas, nesse Fawaz Gruosi em representação da **DE GRISSOGONO**, assinou um memorando de entendimento com a **VICTORIA LIMITED** onde transfere o controlo e a gestão da **DE GRISSOGONO** para a **VICTORIA LIMITED**, passando a mesma a ter 75% das acções, e a Fawaz Gruosi 25%. E foi a Sociedade **DE GRISSOGONO** que recebeu o investimento da **SODIAM EP**, assim a **VICTORIA LIMITED** cujos accionistas são **VICTÓRIA HOLDING LIMITED** (dos requeridos **Isabel dos Santos** e **Sindika Dokolo**) e **Sindika Dokolo**, que passaram a ter a gestão e controlo da **DE GRISSOGONO** e consequentemente 75% de tudo que foi investido na mesma.

Aos 14 de Fevereiro de 2012 a **SODIAM EP** contraiu um financiamento ao **BANCO BIC**, para o investimento do negócio na **DE GRISSOGONO**, e o **Estado Angolano** deu uma garantia de 120.000.000,00 USD (cento e vinte milhões de dólares Norte Americanos).

Nessa relação encontramos a figura jurídica do Contrato Mútuo, definido pela transferência de bens fungíveis, móveis que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade, sendo as partes envolvidas chamadas de mutuante e mutuário.

Uma vez que a coisa emprestada é um bem fungível, após a devolução desta coisa ao mutuante pelo mutuário extingue-se a obrigação de devolver outra da mesma espécie e quantidade.

A modalidade de mútuo oneroso implicado naquela permite a cobrança de juros, acompanhadas da exigência de garantias da devolução deste dinheiro. De acordo com o artigo 627.º do Código Civil, o fiador garante o cumprimento do crédito, ficando pessoalmente obrigado perante o credor. Assim o **Estado Angolano** passou a ser o fiador do **Banco BIC**. A actualidade descrita mostra que, a Requerida **Isabel José dos Santos**, tem uma participação no **BANCO BIC** de 42,5% das acções.

O problema surge quando a **SODIAM EP**, aos 04 de Julho de 2018, a 28 de Agosto de 2018 e a 02 de Novembro de 2018 interpela a sociedade **Victoria Limited** para proceder aos pagamentos dos valores em dívida,

mas a mesma alegou que não tem resultados positivos desde 2012. Admite ter recebido o dinheiro do **Estado Angolano**, e saber tratar-se de um empréstimo, mas que não tem formas de proceder ao reembolso.

Aqui verifica-se a **Impossibilidade** do cumprimento da obrigação por parte da **Vitoria Limited**, (devedora) e de acordo com o artigo 801.º do Código Civil, o credor (que nesse caso é a **SODIAM EP**) independentemente do direito a indemnização, pode resolver o contrato, e se já tiver realizado a sua prestação, exigir a restituição dele por inteiro.

O Requerente alega que é **inequívoca a existência de um direito de crédito contra os Requeridos Isabel dos Santos, Sindika Dokolo, e Mário Filipe Moreira Leite Da Silva a favor do Estado Angolano**, e o Tribunal concorda com o Requerente, pois, com a assinatura do contrato de Constituição da Sociedade foram transferidos pela **SODIAM EP**, valores monetários para a **VITORIA HOLDING S.A** empresa de direito estrangeira, detidas directamente por Isabel dos Santos e Sindika Dokolo.

Já, quanto ao financiamento que foi cedido pelo **BANCO BIC**, está por pagar a última prestação no mês de Agosto do presente ano, e caso o façam a **SODIAM EP**, ficará falida.

No entanto, também, caso se faça o pagamento da referida prestação em falta, estaremos perante a figura jurídica do **Enriquecimento Sem Causa** previsto nos artigos 473.º a 482.º do Código Civil, sendo esta a situação em que alguém sem causa justificativa enriquece à custa de outrem.

Nesta figura o enriquecido é obrigado a restituir aquilo com que injustamente se locupletou.

A obrigação de restituir por enriquecimento sem causa, tem de modo especial por objecto o que for recebido por virtude de uma causa que deixou de existir, ou em vista de um efeito que não se verificou.

As providências cautelares voltamos a lembrar, podem ser conservatórias ou antecipatórias, sendo as primeiras as que visam manter a situação de facto anterior, por forma a prevenir a alteração que se prevê como judicial e as antecipatórias as que visam obstar a que se verifiquem prejuízos ocasionais pela demora da decisão definitiva.

Diga-se ainda que o procedimento cautelar é sempre dependência de uma causa que tenha por fundamento o direito acautelado e pode ser instaurado como preliminar ou como incidente da acção.

O artigo 399.º do C.P.C (voltamos a citar) consagra que, “quando se mostre fundado receio de que outrem, antes de a acção ser proposta ou na

pendência dela cause lesão grave e dificilmente reparável ao seu direito, pode levantar providências adequadas a situação, nomeadamente a autorização para prática de determinados actos, para que o réu abstenha de certa conduta, ou entrega de bens móveis e imóveis que constituem objecto da acção”.

Outrossim o artigo 400.º e 401.º do C.P.C refere que o Requerente terá de apresentar prova do direito ameaçado e que a providência é decretada tão logo se verifique que as provas apresentadas revelem uma probabilidade séria da existência do direito, e mostrem ser fundados os receios da sua lesão.

É curial dizer que o Direito Privado é o conjunto de normas jurídicas, que visam regular as relações jurídicas estabelecidas entre particulares ou entre particulares e o Estado ou outros entes públicos, mas intervindo o Estado ou esses entes públicos em vestes de particulares, isto é despidos de *ius imperii* ou autoridade.

Já o Direito Público é integrado pelas normas que estruturam o Estado e outras pessoas colectivas dotadas de qualidades ou prerrogativas próprias do poder ou regulam relações desses órgãos providos de *jus imperii* (Estado) entre si ou com os particulares. É necessário que pelo menos um dos sujeitos da relação disciplinada seja um ente titular de autoridade de *imperium* que intervenha nessas vestes.

Apreciando a liberdade de contratar do Estado, devemos ter em atenção em que termos foi estabelecido o contrato, pois, o Estado enquanto entidade e enquanto pessoa colectiva pública, quando se encontra numa relação contratual com um particular, esta relação será pautada pelos princípios do Direito Civil, e consequentemente estará vinculado a autonomia privada. E como sabemos, um contrato é caracterizado pelo acordo de vontades, e se há acordo de vontade as partes estão equiparadas.

No entanto, se estamos diante de uma situação em que o Estado dita as regras, será uma relação de âmbito público, pois uma das partes deve sujeição à outra parte. Na relação que a **SODIAM EP**, (Pessoa Colectiva Pública) estabeleceu com o **BANCO BIC** (financiamento), a mesma não estava investida de poder de autoridade, apenas era parte do negócio jurídico.

Deflui do exposto que, a Garantia é a obrigação destinada a proporcionar maior segurança ao credor ou eliminar riscos existentes em sua posição. De acordo com o previsto no artigo 627.º do Código Civil, o fiador garante

a satisfação do direito de crédito, ficando pessoalmente obrigado perante o credor.

Quanto à Garantia Soberana, a distinção apresentada em relação às outras garantias é a origem da mesma.

Em regra, a garantia soberana é emanada pelo Titular do Poder Executivo, por via de um despacho nele fixando em que termos deverá a mesma (garantia) ser executada, tal como aconteceu com as Garantias Soberanas emitidas por Sua Excelência o Engenheiro José Eduardo Dos Santos, à data Presidente de Angola.

A mesma só foi possível porque o Estado, enquanto pessoa colectiva pode constituir-se como garante de uma obrigação. Sendo assim, quanto a situação em que o **Estado Angolano** surge como garante da fiança feita pela **SODIAM EP**, ao **BANCO BIC**, por esta garantia ter sido emanada pelo Titular do Poder Executivo (à data dos factos) por via do **Despacho 9/15 de 12 de Janeiro**, é a mesma considerada uma **Garantia Soberana** e, naquela data, o Estado tornou-se fiador do **BANCO BIC**.

No caso em análise há de facto um crédito a ser pago pelo Estado Angolano, isso é pelo povo Angolano, mas há também um crédito a ser pago pela DE GRISOGONO ao Estado Angolano. Daí a necessidade da Providência Cautelar.

Para a reconstituição exacta da figura da providência cautelar não basta conhecer as condições ou requisitos de que depende o seu sucesso; é necessário, além disso, definir a sua função jurisdicional. Sob este aspecto, o traço fundamental a assinalar é o seguinte: a providência cautelar surge como antecipação e preparação duma providência ulterior; prepara o terreno e abre o caminho para uma acção final.

A providência cautelar, nota Calamandrei, não é um fim, mas um meio; não se propõe dar realização directa e imediata ao direito substancial, mas tomar medidas que assegurem a eficácia duma providência subsequente, esta destinada à actuação do direito material. Portanto a providência cautelar é posta ao serviço, duma outra acção, que há-de definir, em termos definitivos a relação jurídica litigiosa.

Este nexó entre a providência cautelar e a acção final pode exprimir-se assim: aquela tem carácter provisório, esta tem carácter definitivo.

O Código de Processo Civil, dá-nos ideia desta relação entre a providência cautelar e a providência final, quando no artigo 384º acentua que os actos ou providências preventivas e conservatórias são preparação duma causa

principal e, declara que os actos e providências podem surgir também como incidente da causa respectiva; mas mesmo neste caso não perdem o cunho característico de preparação ou antecipação de determinados efeitos, a obter definitivamente pela acção principal.

Ao perguntar-se como se justifica a necessidade de emissão dessa providência provisória, destinada a antecipar a definitiva, queremos aqui mostrar que o que justifica este fenómeno jurisdicional é o chamado *periculum in mora* (Calamandrei, *Introduzione*, cit., pág. 15). Pois há casos como o que se nos aqui apresenta e vamos decidir, em que a formação lenta e demorada da decisão definitiva expõe o presumido titular do direito a riscos sérios de dano jurídico; para afastar estes riscos, para eliminar o dano, admite-se a emanção duma providência provisória ou interina, destinada a durar somente enquanto não se elabora e profere o julgamento definitivo.

Alias, como se há-de ver, o dano jurídico que o Estado pode sofrer, no caso *sub iudice*, havendo lentidão para formação do título executivo, caso haja condenação, isto é, das delongas e demoras do processo de declaração, do longo ciclo que o processo tem de percorrer até a emissão da sentença final, podem estas demoras consideradas como um facto patológico, prejudicar gravemente o povo angolano e a sua subsistência económica, pois o processo pode estar organizado em termos de consentir delongas anormais; mas dentro de certos limites a morosidade do movimento do processo é um facto fisiológico, porque visa dar às partes e ao tribunal garantias de segurança e portanto justiça na decisão.

Convém, evidentemente, que a justiça seja pronta; mas, mais do que isso, convém que seja justa. O problema fundamental de política processual consiste exactamente em saber encontrar o equilíbrio razoável entre as duas exigências: a celeridade e a justiça.

Para que o julgamento possa ser justo, tem de ser amadurecido; quem diz amadurecido, diz preparado com a reflexão, o tempo e a ponderação necessários para se chegar, com tranquilidade e segurança, à descoberta da verdade. Tudo isto vem para dizer que a demora no julgamento final e definitivo é, dentro de limites razoáveis, um facto normal, impossível de remover.

Mas essa demora pode, em certas circunstâncias, criar um estado de perigo, porque pode, expor o titular do direito a danos irreparáveis; pode, na verdade, suceder que até a altura da emanção da decisão final se produzam ocorrências graves, susceptíveis de comprometer a utilidade e a eficácia da sentença.

O processo foi instruído, discutido e julgado com a ponderação indispensável para se obter uma decisão justa; mas essa decisão, porque vem muito tarde, já não serve de nada, ou serve de muito pouco: o interessado que aqui é o (Estado=POVO+TERRITORIO+PODER POLITICO), ficando obrigado a esperar longo tempo pelo reconhecimento do seu direito, poderá ser vítima de prejuízos que a sentença já não pode apagar.

Em breves palavras formou-se uma sentença justa, mas inútil. Ora bem, a função das providências cautelares consiste justamente em eliminar o *periculum in mora*, em defender o presumido titular do direito contra os danos e prejuízos que lhe pode causar a formação lenta e demorada da decisão definitiva.

Elas, representam uma conciliação entre as duas exigências, que estão frequentemente em conflito: a de celeridade e a da ponderação.

Entre o fazer depressa e o fazer bem, mas tardiamente, as providências cautelares visam, antes de tudo, a fazer depressa, permitindo que o problema do bem e do mal, isto é, a justiça intrínseca da decisão, seja resolvido ulteriormente, com a necessária ponderação, segundo os trâmites vagarosos do processo ordinário.

Dão assim, ensejo a que este processo funcione com calma, porque dispõem e ordenam preventivamente os meios idôneos para que a providência definitiva, quando chegar a ser pronunciada, possa ter a mesma eficácia e o mesmo rendimento prático que teria, se fosse proferida imediatamente.

Logo, o mecanismo usado pela providencia cautelar, a forma como ela consegue prover o fim a que se destina, isto é, eliminar o *periculum in mora*, é muito simplesmente submetendo a relação jurídica litigiosa a um exame sumário, e por isso rápido, tendente a verificar se a pretensão do requerente tem probabilidades de êxito e se, além disso, se da demora do julgamento final pode resultar, para o interessado, dano irreparável, ou pelo menos considerável.

O Tribunal, nesse exame preliminar e perfuntório que fez, se apercebeu da existência dos dois requisitos (aparência do direito e perigo de insatisfação).

Estão aqui preenchidos os requisitos para que se ordene a providência cautelar, pois o Requerente faz prova nos autos (de folhas 26 a folhas 481) de que há um direito que pode ser violado enquanto se espera a decisão da acção principal. E, se esse dano se verificar poderemos estar diante de um

enriquecimento sem causa por parte dos requerentes Isabel dos Santos, Sindika Dokolo, Mário Silva e um grave prejuízo económico, social, cultural, da segurança e do bem-estar do povo angolano.

Considero estarem resolvidas e explicitadas, as três primeiras questões para decisão do caso em concreto: como a necessidade de prevenção de um perigo, que não será satisfeito com a demora a que estão sujeitos os processos principais; a aparência de um direito (*fumus boni iuris*), pois vê-se ao longo dos factos e enquadrando-os com o direito, uma inequívoca existência de um direito de crédito contra os segundos requeridos a favor do Estado Angolano, visto que, foram transferidos pela **SODIAM EP** valores monetários para a empresa **Victoria Holding Limited** bem como para a **De Grísogono Holding SA**.

Ambas, empresas estrangeiras detidas directamente pelos segundos Requeridos.

Portanto, é patente o *fumus boni iuris*, em virtude de incidir sobre o **Estado Angolano** um (direito de crédito) que é relevante relativamente aos Requeridos (**Isabel dos Santos, Sindika Dokolo e Mário Filipe Leite da Silva**), direito este que é certo, líquido e exigível. Inclusive, o **Estado Angolano**, através da sua empresa pública **SODIAM EP**, como acima já foi dito, já interpelou, por diversas vezes, a Sociedade **Victoria Holding Limited** para proceder ao pagamento dos valores em dívida, mas esta empresa estrangeira tem até hoje cerca de USD120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares Norte Americanos) de prejuízos acumulados, deixando-nos em dúvida sobre o destino dado aos valores financiados por via das Garantias Soberanas emitidas.

Mencionou também a **Victoria Holding Limited** que possivelmente só terá liquidez em 2022, como suportará e viverá o Estado Angolano, perante a crise vivida hoje causada pela pandemia mundial e pela baixa do preço do petróleo? Daí que é inequívoco a existência do primeiro requisito, das providências, a aparência do Direito.

Também está presente o "*periculum in mora*", porquanto o Estado já pagou ao **Banco BIC**, isto é, a Requerida **Isabel José dos Santos**, até a presente data a quantia de USD 133.592.778,76 (cento e trinta e três milhões, quinhentos e noventa e dois mil, setecentos e setenta e oito dólares Norte Americanos e setenta e seis cêntimos) e está na iminência de pagar agora no dia 16 de Agosto de 2020, mais de USD 28.512.351,27 (vinte e oito milhões, quinhentos e doze mil, trezentos e cinquenta e um dólares norte americanos e vinte sete cêntimos), para além do capital mensal de

USD181.250 (cento e oitenta e um mil, duzentos e cinquenta dólares Norte Americanos).

Pagando ao primeiro Requerido, **Banco BIC**, as quantias acima referidas, a Requerente mostrou a este Tribunal que, a **SODIAM EP** ficará numa situação de falência pois, a previsão com base nos contratos estabelecidos estipula para essa empresa pública até Agosto de 2019, cerca de 16.000.000 USD (dezasseis milhões de dólares Norte Americanos) de receitas.

Realizando o pagamento em referência ficará a mesma (empresa pública) com um saldo negativo. Pois, de acordo com a demonstração de fluxo de caixa, o valor das entradas monetárias é muito inferior ao valor das suas saídas, nomeadamente despesas correntes (serviço de terceiros, construção do polo diamantífero de Saurimo, impostos e multas fiscais do período compreendido entre 2013 e 2017) e o pagamento do empréstimo.

Assim, a concretizar-se o pagamento referente à prestação ao Requerido, **Banco**

BIC, a **SODIAM EP** tal como demonstrou o Requerente na causa de pedir, terá um problema de tesouraria, visto que os prejuízos aumentarão de forma gradual. Só durante o mês de Agosto terá um prejuízo de cerca USD 1.441.812 (um milhão, quatrocentos e quarenta e um mil, oitocentos e doze dólares norte americanos).

A Requerida, **Isabel dos Santos** detém 42,5% das acções do **Banco BIC** através. Ora, esta accionista do **Banco BIC**, para além de ter recebido do Estado os USD115.000.000,00 (cento e quinze milhões de dólares Norte-Americanos) através de empresas veículos constituídas no estrangeiro, é, portanto, a maior beneficiária dos pagamentos que têm sido feitos ao Requerido, **Banco BIC**, pela empresa pública, **SODIAM EP** em função do contrato de mútuo celebrado, no qual repete-se é a maior beneficiária. Por isso, a continuar a pagar o empréstimo bancário, o **Estado Angolano** estaria a beneficiar **Isabel José dos Santos** duas vezes: primeiro quando pediu o crédito para criar um negócio extremamente lucrativo para esta (Isabel dos Santos) e agora, pagando o mesmo crédito à instituição financeira onde a Requerida detém o controlo, sendo a maior beneficiária efectiva.

Vê-se que, o **Banco BIC** foi utilizado para justificar a cobrança de uma dívida, que é na verdade da sua maior acionista a Requerida **Isabel dos Santos**. Procedendo ao pagamento desta prestação por parte da empresa pública **SODIAM EP**, existe um justo receio de outras lesões tais como:

falta de liquidez para cumprir com o pagamento dos salários dos funcionários, para pagar os fornecedores, os prestadores de serviços, a construção do polo diamantífero de Saurimo, o imposto e multas fiscais do período compreendido entre 2013 e 2017, entre outras.

Existe de facto, um iminente risco desta empresa pública entrar em falência técnica, pois, diz o artigo 1135º do CPC “o comerciante impossibilitado de cumprir as suas obrigações considera-se em estado de falência”. E devido à crise conjuntural que o país assiste, dificilmente o Estado poderá apoiar essa empresa pública, deixando-a “morrer” e causando prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação à Sociedade.

O **Ministério das Finanças** “lembre-se”, apesar de ter celebrado o contrato ponte com a **SODIAM EP**, no sentido de proceder ao pagamento 2/3 da dívida, por falta de recursos, já deixou de a apoiar, tendo inclusive solicitado aquela empresa pública a devolução de todos os valores já emprestados.

O Tribunal reconhece que, a **SODIAM EP** é uma empresa pública que emprega mais de 150 trabalhadores e é uma das empresas estratégicas do Estado, contribuindo grandemente para as receitas do orçamento geral do Estado.

Mas, com este negócio fraudulento, o **Estado Angolano** teve prejuízos de USD 4.920.324.358,86 (quatro mil milhões, novecentos e vinte milhões, trezentos e vinte quatro mil, trezentos e cinquenta e oito dólares dos Norte Americanos e oitenta e seis cêntimos) pois ao contrario daquilo que o **Requerido Mário Silva** mostrou ao **Requerido Sindika Dokolo**, no e-mail por estes trocado, e pior ainda, ao contrário do que foi fundamentado para que o Presidente da República de Angola à data dos factos, ordenasse tanto a realização do negócio, como emitisse a Garantia Soberana, em termos estratégicos para Angola não houve vantagens, quem estava realmente perante uma oportunidade para tomar o controlo da **DE GRISOGONO**, eram apenas os **Requeridos (Isabel dos Santos, Sindika Dokolo)**, nunca foi uma oportunidade para os **angolanos** como se fez crer, tal como também não houve desta forma, contribuição para o reforço de Angola na cadeia de valor no sector diamantífero mundial e a melhoria da percepção deste sector em termos internacionais”, mas sim um enorme prejuízo, capaz de afectar o Povo Angolano no geral.

Houve de facto para o **Requerido Mário Filipe Moreira Leite da Silva** uma oportunidade de negócio, conforme referiu no e-mail, pois “a aquisição do controlo accionista e de gestão feita através de uma parceria público-privada entre a **SODIAM EP** e um parceiro privado, a qual foi

corporizada através de um veículo de investimento internacional detido em partes iguais e que tomaria a posição na **DE GRISOGONO**", fez com que este cidadão português ajudasse a lesar o Estado Angolano em milhões de dólares norte americanos e levasse o Presidente, Sua Excelência Engenheiro José Eduardo dos Santos em erro o que é indesculpável, pois foi ele que no e-mail, mencionou que "a empresa DE GRISOGONO necessitava de um plano urgente de recapitalização no montante global de 100 milhões de dólares norte americanos, sendo necessária uma solução local que viabilizasse a reestruturação do financiamento que teria por base uma Garantia Soberana do Estado, que permitisse assegurar um empréstimo com uma maturidade mínima de 7 anos de forma a conferir estabilidade de recursos ao projecto".

Ou seja, os Requeridos tiveram vantagens monetárias milionárias mas o **Estado Angolano** teve apenas prejuízos dos quais vale voltar a citar:

a) Pelo custo de oportunidade, teve um prejuízo no valor de USD 51.079.079,93 (cinquenta e um milhões, setenta e nove mil, setenta e nove dólares Norte Americanos e noventa e três centimos);

b) Pagou ao **Banco BIC** até a presente data USD 133.592.778,76 (cento e trinta e três milhões, quinhentos e noventa e dois mil, setecentos e setenta e oito dólares Norte Americanos e setenta e seis centimos);

c) Assumiu uma dívida no valor de USD 146.264.434,00 (cento e quarenta e seis milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro dólares Norte Americanos);

d) Tem a pagar de juros remuneratórios ao Banco BIC o valor de USD 106.079.212,00 (cento e seis milhões, setenta e nove mil, duzentos e doze dólares Norte Americanos);

e) E foi forçado a vender às empresas relacionadas com os segundos Requeridos diamantes a preço abaixo do mercado, gerando um prejuízo de cerca de USD 4.411.000.000,00 (quatro mil milhões, quatrocentos e onze milhões de dólares Norte Americanos);

Estamos portanto de facto, perante mais uma situação de enriquecimento ilícito. Mais uma das situações de empresas privadas criadas com fundos públicos. Os segundos Requeridos com a sua conduta causam ao Estado uma lesão de difícil

reparação, em virtude de estar a pagar por um crédito que nunca beneficiou e, dado o facto de, mesmo com a instauração de uma acção, se a **SODIAM EP** não deixar de pagar a dívida ao **Banco BIC**, existe “repetimos” um perigo iminente de a empresa pública entrar em estado de falência técnica.

Ao olharmos tanto para as lições dos Professores Doutores Marcelo Rebelo de Sousa (Introdução ao Estudo do Direito e José de Oliveira Ascensão em o Direito, Introdução e Teoria Geral), concluímos que, poderá pensar-se em abstracto na figura do despotismo envolto na realização desse negócio, pois pela tendência verificada no que se chama *affectio societatis*, que é uma tendência de toda sociedade estar dependente da vontade perpetuamente variável de um só.

Os Requeridos como verdadeiros déspotas agiram em nome de uma ordem superior, de carácter racional, não tiveram em conta que existe em Angola uma ordem societária e, não uma secção do Estado, pois o Direito é o que está na sociedade, e não o que é reproduzido pelo Estado.

Claro está, que sem dúvida em todas as sociedades surgem entidades em posição de supremacia, traduzidas na faculdade de declarar o que é o Direito, podendo essa declaração ser feita com generalidade, não apenas para um caso concreto, mas para todos os casos que surgirem.

Porem se essas declarações não se integram efectivamente na ordem social, não chegam a poder ser consideradas Direito, como é evidente a estatalidade do Direito usado pelos Requeridos Isabel dos Santos e Sindika Dokolo em proveito próprio não tem sentido, como *in casus*, olhando para a relação que se firmou pelos seus actos o Direito, não perde essa natureza pelo facto de ser hostilizado por certos indivíduos em representação de um Estado.

Para além de ser a providência adequada para evitar a lesão, e com ela haver ligação a sanção como consequência desfavorável, normativamente prevista para o caso de violação de uma regra, e pela qual se reforça a imperatividade desta, podemos aqui falar da mesma porque certo dever ser não foi respeitado.

Os Requeridos perante as consequências previsíveis da sua actuação, escolheram a omissão da conduta proibida e a sujeição às consequências, envolvendo neles todos os angolanos.

Efectuaram eles um mecanismo de controlo social, despoletaram um processo motivacional, em que quatro agentes com actos individualmente considerados, mas interligados, contrariam uma tendência para desvio da actuação esperada, em contraposição ao imperativo categórico ao hipotético, pois a adequação dos seus comportamentos não foi a

espontaneamente esperada pelo Estado Angolano aquando da emissão das Garantias Soberanas.

Os danos sofridos pelo Estado Angolano, pela violação da norma, vão com certeza para além da falta do próprio bem devido, e esses danos podem não ser totalmente cobertos pela reconstituição natural. Para o verificarmos basta atentar para a hipótese em que alguém deixa de lucrar em consequência do facto de certa prestação não ser realizada no momento devido. Da violação dos Requeridos resultam prejuízos, que poderão tomar a configuração técnica de lucros cessantes.

O acto jurídico, particularmente na sua modalidade de negócio jurídico, é uma manifestação sim da autonomia privada, porem, nenhuma ordem jurídica, por mais liberal que seja, pode aceitar todas e quaisquer estipulações das partes. A autonomia privada tem limites.

Estes limites podem respeitar aos mais variados aspectos, importando aqui os relacionados quanto aos sujeitos (os Requeridos) e ao objecto (bens do domínio publico que devem estar excluídos da disposição pelos particulares, ao contrario do que aconteceu no negócio efectuado pelos Requeridos e aqui analisado). E, violando os Requeridos estes limites à autonomia privada, o seu acto foi desconforme à lei. E a consequência provavelmente será justamente a ineficácia do acto jurídico, a lei considerá-lo-á inadequado para produzir os efeitos que os seus autores tinham em vista.

Mas, há uma pluralidade de consequências possíveis, cujo processo em questão não tem competência para as analisar e decretar, pois esta em causa apenas uma providência cautelar, mas como esclarecimento e fundamentação desta, podemos dizer genericamente que o acto é ilegal ou antijurídico, e isso nada nos elucida sobre a consequência que dessa ilegalidade deriva, nem foge ao campo de acção dos procedimentos cautelares, pois a mera ilegalidade tem já por si significado jurídico.

A irregularidade de uma oposição ao exercício do direito é a base de reivindicação do mesmo.

A ilicitude não se basta com a mera desconformidade à lei, ela supõe uma posição subjectiva do agente, negativamente valorada pela ordem jurídica, essa posição negativa é traduzida por este Tribunal nesse caso em concreto pelo dolo dos Requeridos, com intenção de praticar um acto ilícito que como tal irá com certeza dar lugar a responsabilidade civil, proporcionando a indemnização de perdas e danos, e na responsabilidade criminal, pois só é crime a acção tipicamente ilícita.

O acto autónomo praticado destinou-se a criar efeitos, para isso, tem de haver relevância na ordem jurídica geral.

Dentro da ideia de uma pluralidade de ordenamentos jurídicos e de fontes de juridicidade, os Requeridos quiseram confundi-los, mas não tiveram em conta que, nenhum ordenamento suprime os outros.

Os ordenamentos são secantes: não se absorvem, mas devem integrar-se. Nenhum ordenamento é soberano, seja o privado, sejam os públicos, há mesmo uma contradição entre autonomia e soberania, por isso é necessária a integração recíproca.

O negócio continua a ter o seu título na autonomia privada. Mas, há que conciliar esta, com as finalidades comuns de todos os Angolanos acabados por ficar neles envolvidos.

As várias autonomias ficam assim enriquecidas com o carácter institucional do ordenamento global, e este não é só o Estado, é uma unidade personalística e dialéctica de sentido, que deve ser relacionado com a coercibilidade em direcção a estabilidade do direito, sendo os órgãos supremos de soberania (Tribunais) que no limite se encontram encarregados, em ultima análise de fazer cumprir o direito, por especialidade da função jurisdicional, como função do Estado.

Os Tribunais foram criados como órgãos imparciais e especializados, incumbidos do exercício dessa função. Pois Jurisdição, etimologicamente, designa a tarefa de dizer o direito, acrescentando a isso outras funções como a de executar ou tornar efectivo esse direito. Ao poder político apenas cabe a imposição de sanções pelas violações de regras que atinjam o próprio corpo social. Pois de entre os vários órgãos estatais que participam hoje dessa função, os mais importantes são os órgãos judiciais.

Com o decretamento da presente providência não resulta prejuízo superior ao dano que com ela se pretende evitar, uma vez que, para se poder concretizar o pedido, basta que o **Banco BIC** fique impedido de cobrar as prestações à **SODIAM, EP** até ser decidida na acção principal, se o pagamento da dívida, pelo Estado, é ou não devida. Estando aqui agora em análise as duas ultimas questões: Adequação da providência solicitada para evitar a lesão; e o justo equilíbrio entre os dois prejuízos, o que a providência pode causar e o que pode evitar.

Aqui importa referir a ordem moral, que devia estar presente nos actos dos Requeridos, pois ela é uma ordem de consciências, pretende o aperfeiçoamento dos indivíduos, orientando-os para o bem.

Se canaliza nesta também a actividade dos indivíduos para apropriar transformação das condições sociais, eles deveriam tê-lo feito

instrumentalmente sempre como via para conseguir aquela finalidade primeira e, não como de facto fizeram com o acordo que celebraram entre SODIAM- Sociedade de Comercialização de Diamantes de Angola, SARL, a Melbourne Investments B.V, protegendo a Victoria Holding Limited e dando vantagens a essa, logo aos Requeridos Isabel dos Santos, Sindika Dokolo e Mário Silva e não ao Estado Angolano, como fizeram crer aquando da apresentação do negócio ao anterior Presidente de Angola. Pois pelo contrário, usaram condições exteriores a aquelas que a ordem jurídica pretende criar e que bem podem ser designadas pela expressão tradicional bem comum- que é o bem duma sociedade e simultaneamente o bem das pessoas que vivem nessa sociedade, e com elas conseguiram a sua própria realização pessoal.

É claro que não podemos como aplicadores do direito, fazer o Estado arcar directamente com esta realização pessoal dos mesmos, e por isso devemos impedir que se veja a questão assente apenas na ordem interna das acções humanas. Não há bem comum se não se instaurar numa sociedade a justiça e a segurança.

Estas duas finalidades são pois normalmente apresentadas como valores a que o direito tende, e dever-se-á aplaudir se com essa decisão, verificar-se a “não-beligerância” das duas ordens, pois um acto imoral pode até ser permitido pelo direito, mas não imposto por este.

Com este processo, mostra-se que a ordem jurídica é ilimitadamente aperfeiçoável. Basta o simples evoluir das circunstâncias para obrigar dia a dia a rever-se as soluções alcançadas.

Pode-se falar até, num mero aspecto político, como arte do bem comum, mas na verdade vai muito além, trata-se da justiça e da segurança do Estado Angolano que só podem ser alcançadas com a imparcialidade e independência dos Tribunais e que aqui se mostra, pois o Juízes como verdadeiros juristas, até no exercício prático, ao referir determinada solução vigente, expõem também a sua maneira de ver sobre os méritos ou deméritos da solução que aplicam.

Faz aqui esse Tribunal, ao exprimir os seus pontos de vista, uma apreciação de *iure constituindo*, a que se opõe a apreciação de *iure constituto*: ficamos porém com a consciência de que esta atitude do pagamento de um crédito do Estado Angolano ao Banco BIC, é uma atitude, na sua totalidade impossível de manter, pois a realidade desfavorável ao povo angolano é una, e a reflexão jurídica não pode ser separada das conclusões a que se chegue noutros quadrantes de pensamento, ressaltando desde já as posições divergentes que derivem de pressupostos também divergentes, pois todos nós constantemente valoramos, constantemente deparamo-nos

com objectos valiosos, constantemente falamos de valores, mas o valor aqui em causa não pode ser considerado como um mero fenómeno psicológico, pois atinge vários outros, o valor dos Requeridos (Isabel, Sindika, Mário e Banco BIC) envolto no negócio deve ser concebido como um ente objectivo para além do subjectivismo dominante, deve ser visto como uma essência própria, que não se exprimiria nem pelo ser, nem pelo existir, mas pelo valer, afirmando a sua absolutidade do valor contra os demais cidadãos. Pondo de lado o que diz a alteridade ou a bilateralidade como características próprias da justiça e do direito.

Tomando a definição de Ulpiano sobre o entendimento do que é a justiça: *iustitia est constans et perpetua voluntas ius suum cuique tribuendi*, não como absolutamente accitável mas, como amostra de uma vontade justa, ou seja um elemento subjectivo, uma virtude, considero estarem presentemente solucionadas e respondidas as duas ultimas questões apresentadas.

Tal como também considero ser a Providência Cautelar não especificada, o meio adequado para se proteger o direito que se requer, pois no que se nos apresentou o Ministério Público, vimos que o direito em vez de ser dirigido ao benefício de todos, houve uma tendência em todas as provas juntas aos autos, e que passaremos a enunciar exaustivamente como:

-O Memorando de Entendimento da Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola E.P e a EXEM AFRICA LIMITED, relativos aos investimentos na ESPERAZA HOLDING B.V (fls. 57 dos autos);

-O Acordo Parassocial celebrado entre a NIARA HOLDING, SPGS, LDA; a NIARA POWER, LDA e a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade-ENDE-EP (fls. 66 dos autos);

- A constituição da CONDIS-SOCIEDADE DISTRIBUIÇÃO ANGOLA, S.A (fls. 73 e 74 dos autos);

-A constituição da FINSTAR-SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S.A (fls. 76 dos autos);

A constituição da SOCIEDADE ANÓNIMA ZAP MEDIA, S.A (fls. 83 dos autos);

-A constituição da NOVA CIMANGOLA, S.A (fls. 87 dos autos);

- O ACTO CONSTITUTIVO DA VICTORIA LIMITED (fls. 98, 174, 370 a 383 dos autos);

- A Adenda ao acordo de Cessão (UBA-Cantonale) entre a Victoria Holding Ltd, a UBS SA, o Banque Cantonale Gen, o Banque Cantonele Vaudoise e a De Grisogono SA (fls. 122, 127 dos autos);
- O Memorando de Entendimento celebrado entre a VICTORIA LIMITED, e FAWAZ GROUSI, em nome da empresa DE GRISOGONO S.A (fls. 140, 188 dos autos);
- O ACTO CONSTITUTIVO DA VICTORIA HOLDING LIMITED (fls. 159, 344 e ss dos autos);
- O Acordo de Accionistas entre a SODIAM-Sociedade de Comercialização de Diamantes de Angola, SARL e a MELBOURNE INVESTMENTS B.V, antiga EXEM MINING B.V, respeitante a VICTORIA HOLDING LIMITED (fls. 217 dos autos);
- O Contrato de Abertura de Crédito a Médio e Longo Prazos entre o Banco BIC, S.A e a SODIAM- Sociedade Comercial de Diamantes de Angola, S.A (fls. 243 dos autos);
- O Despacho Presidencial nº 20/12 de 23 de Fevereiro aprovando a emissão de uma Garantia Soberana no valor de USD 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares americanos), com o objectivo de garantir uma operação de financiamento do Banco BIC à SODIAM (fls. 252 dos autos);
- A Carta Garantia daquela (fls. 255 dos autos); a primeira Garantia Soberana (fls. 256 dos autos);
- Documentos da Unidade de Gestão da Dívida Pública (fls. 257), Despachos do Ministro das Finanças Carlos Alberto Lopes (fls. 258);
- O pedido de desembolso feito pelo Conselho de Administração da SODIAM, para a DE GRISOGONO, passando pela Victoria Holding Limited (fls. 259, 261, 263, 267, 269, dos autos);
- O pagamento do Ministério das Finanças para estruturação de prestações de capital na DE GRISOGONO Holding Limited (fls. 271 e 272 dos autos);
- O Aditamento ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado entre o Banco BIC, a SODIAM e o Ministério das Finanças (fls. 274 dos autos);

- Os pagamentos das prestações feitas pela SODIAM ao Banco BIC (fls. 282, 283, 284, 285);
- A comunicação feita entre o Banco Nacional de Angola e o Serviço Nacional de Recuperação de Activos, representados pela SUB-PROCURADORA GERAL DA REPUBLICA, DRA. Eduarda Rodrigues e o Vice-governador Rui Miguêns (fls. 286, 287, dos autos);
- O pedido de reembolso feito pela SODIAM a VICTORIA HOLDING, por verificar a desigualdade com que se tratavam as questões (fls. 291, 292, 293, 294, e ss, dos autos);
- A comunicação com a DELOITTE & TOUCHE AUDITORES, LIMITADA (fls. 301); o Registo Comercial e das Sociedades feito em Luxemburgo da DEGRISOGONO HOLDING SA. (fls. 311 e ss, 351 a 362 dos autos);
- As Procurações (fls. 326, 327, 328, 329, 388, 389 dos autos); o Registo da VICTORIA HOLDING LIMITED, feito em Malta (fls. 332, 333 e ss dos autos);
- Estatutos da ANGOLA SELING CORPORATION, ASCORP-Comercialização e Lapidação de Diamantes, S.A.R.L. (fls. 391 e ss dos autos);
- O Contrato de Compra e Venda de Diamantes Brutos entre a SODIAM, S.A e a RELACTANT VENTURES corp. (fls. 410 e ss dos autos);
- O Contrato de Compra renovável, celebrado entre a IAXON e a SODIAM e comunicações feitas entre as mesmas com conhecimento do então Presidente do Conselho de Administração da ENDIAMA o Engenheiro António Carlos Sumbula (fls. 424 e ss dos autos);
- As comunicações entre a SODIAM e a DE BEERS (fls. 431 e ss dos autos);
- A cessação de contrato com a Odyssey Holding Limited (fls. 435 e ss dos autos);
- A pesquisa global da marca registada DE GRISOGONO, com a designação das lojas existentes em várias partes do mundo (fls. 440 e ss dos autos);

- O Contrato de financiamento ponte entre o Ministério das Finanças de Angola e a SODIAM (fls. 456 e ss dos autos);
- Os extractos bancários (fls. 465 e ss dos autos);
- A correspondência entre a Unidade de Gestão da Dívida Pública e o Presidente do Conselho de Administração da Sociedade de Comercialização de Diamantes de Angola- SODIAM- Eugénio Pereira da Rosa (fls. 476 e ss dos autos);
- Os cálculos sobre custos de oportunidade (fls. 478 e ss dos autos);
- A subavaliação na comercialização de diamantes brutos resultante dos seus actos (fls. 480 e ss dos autos).

Todos os 43 (quarenta e três) documentos apresentados pelo requerente e analisados por este Tribunal, mostraram que o suposto crescimento do Estado Angolano foi acompanhado por uma crescente vulnerabilidade a interesses de grupo (empresas instrumentais e offshore).

Os grupos económicos, particularmente os dos requeridos Isabel dos Santos e Sindika Dokolo, encontraram sempre modos de influenciar a escolha dos dirigentes e a adopção de medidas concretas para tal desiderato, levaram inclusive a uma debilidade do Estado Angolano, tal como a uma inércia. Inércia essa que esta, que deve ser rompida pela proclamação dos princípios de direito e a sua actuação prática, com uma frequência impressionante, capaz de mostrar tratar-se de verdadeiro *pathos* do seu meio.

Quando um sistema político funciona de maneira a pôr em causa os seus fins, a sua legitimidade é questionável. Nomeadamente, assim acontece quando o poder é apropriado, de maneira a beneficiar apenas um sector de interesses, ou os interesses de alguns, em prejuízo dos restantes, da maioria. Se não funciona para o bem comum perde a sua legitimidade. Não basta pois a origem do poder porventura obtido por eleições regulares. Nem que estejam a ser observadas rigorosamente as regras sociais. Se a ordem jurídica deixar de funcionar para benefício colectivo e, for instrumentalizada para servir interesses privados, a sua legitimidade desaparece.

O Estado vive e deve viver em direito. Os órgãos públicos, mesmo os de grau mais elevado, constituem-se e funcionam com submissão a regras que preveem a sua actuação. Até as tarefas de natureza não estritamente

jurídicas, se realizam no desenvolvimento de uma teia de regras jurídicas sobre atribuições, competências, e outras.

Os princípios fundamentais constam desde logo da Constituição. Está submissão ao direito representa um dado fundamental, ao menos como pressuposto, nos Países como o nosso, em que predomina e prevalece o Estado Democrático e de Direito.

Verificando que todo o órgão público se constitui ou actua conformemente ao direito, podemos concluir que todo o órgão realiza ou aplica o direito. Há órgãos públicos como é o caso dos Tribunais, em especial das Magistraturas do Ministério Público e Judiciais, que vivem não só em Direito, ou pelo direito mas para o direito.

O seu fim específico é servir ou assegurar a realização da ordem normativa. Ou seja, esses órgãos não realizam em direito atribuições de carácter técnico ou político. O seu fim é justamente o de realizar o direito, no sentido de promover que a ordem normativa comande efectiva e devidamente a vida social.

Com esta nota, verifica-se ser importantíssimo mostrar o que é de facto a Providência Cautelar Não Especificada, para tal socorrer-nos-emos das ideias dos Juízes Desembargadores do Tribunal da Relação de Luanda, Iracema Azevedo e Flávio Pimenta constantes do Livro Temáticas de Direito Processual e Civil- Providências Cautelares Vol. I- **Procedimento Cautelar Não Especificado- Fundamento da Providência** (cit. Pág. 94 e ss).

«O procedimento cautelar não especificado ou comum encontra-se nos artigos 399º a 401, do CPC. Traduz-se no meio cautelar adequado à dedução e apreciação de pretensões que não cumpram os requisitos e os fins visados pelos procedimentos cautelares nominados ou especificados. Por outro lado, os caracteres do procedimento cautelar não especificado servem de matriz, nomeadamente no que concerne à tramitação, aos procedimentos cautelares nominados, aplicando-se-lhes subsidiariamente tudo o que neles não se encontre especialmente regulado.

Contrariamente ao que ocorre nos procedimentos cautelares especificados em que o âmbito de aplicação está perfeitamente delimitado pelas normas jurídicas que o enquadram, limitados ao decretamento de providencia típicas, no procedimento cautelar não especificado outra é a liberdade de conformação do objecto, permitindo integrar todo o género de medidas cautelares ajustadas às variáveis correspondentes, à natureza do direito que lhe subjaz e a situação de perigo de lesão que se verifica... em síntese dir-se-á que o procedimento cautelar não especificado é o instrumento

adequado à dedução e apreciação de medidas cautelares que não estejam especificamente previstas, tipificadas, em qualquer dos restantes procedimentos cautelares.» Como é de facto a pretensão do requerente o Ministério Público, junto do Serviço Nacional de Recuperação de Activos.

No ponto 8.4.2, do referido livro, encontramos os requisitos desta providência, dizendo-se naquele que: «do disposto pelos artigos 399º e 401º, nº 1 decorre serem requisitos, para o decretamento das providências cautelares não especificadas: a probabilidade séria da existência de um direito invocado (que já aqui se mostrou existir).

Não se pretende no entanto, significar que o deferimento da providência basta com a mera alegação da titularidade do direito... fica pelo contrário dependente de prova ainda que perfunctória, deve verificar-se pela análise da matéria de facto provada e dos preceitos jurídicos aplicáveis, a séria probabilidade ou verosimilhança do direito invocado».

O «fundado receio de que esse direito sofra lesão grave e dificilmente reparável, consistindo este nas providências cautelares não especificadas, no perigo de mora, requisito... que tem por fim objectar ao perigo da demora da declaração e execução do direito, afastando o receio do dano jurídico, através das medidas cautelares adequadas (cit. pág. 96). O receio há-de ser de tal ordem, que justifique a providência requerida, e só a justifica quando as circunstâncias se apresentarem de modo a convencer de que está iminente a lesão do direito (como também já ficou aqui demonstrado).»

«... Não é qualquer lesão que justifica a intromissão na esfera jurídica, e só a justifica quando as circunstâncias se apresentarem de modo a convencer de que está iminente a lesão do direito».

Exigiu no entanto o legislador a verificação não só do justo receio de lesão grave do direito invocado, mas também e necessariamente que fosse de difícil reparação... o juiz há-de convencer-se da seriedade da situação invocada pelo requerente e da carência de uma forma de tutela que permita protegê-lo dos danos futuros.

Para justificar o fundado receio de lesão grave e dificilmente reparável não basta um acto qualquer, mas sim aquele que é capaz de gerar uma dificuldade notável, importante para o exercício do direito.

A violação cometida pode servir como prelúdio de outras violações semelhantes, pode ser causa de justo receio de lesões futuras, porque pode ser o início duma série de atentados da mesma natureza... significa dizer

que para requerer a providência basta ao titular do direito alegar e provar actos preparatórios, que permitam prever a ocorrência de um evento objectivamente idóneo a prejudicar o direito... não são por conseguinte inócuas, as lesões já ocorridas, poderão servir para alicerçar a convicção quanto à necessidade de concessão de uma providência destinada a evitar a repetição ou continuidade da situação.

Admite-se portanto nesses casos o deferimento da providência enquanto se mantiver a situação de perigo de ocorrência de novos danos ou de agravamento dos danos entretanto já ocorridos... em síntese o *periculum in mora* deve ser corolário de um conjunto mais ou menos extenso de factos que, de acordo com as regras da experiência, permitam afirmar a necessidade de uma intervenção judicial com vista a evitar a consumação, agravamento ou repetição da lesão...».

Na adequação da providência à situação de lesão eminente, mostram-nos os referidos Juízes Desembargadores que: «...é o juiz que, confrontado com a realidade, com os factos apresentados pelas partes nos procedimentos cautelares, está em melhores condições de ponderar a conexão entre a previsão normativa à essa realidade, seleccionando dentro da diversidade da vida real, as situações carecidas de tutela rápida e eficaz, subsumíveis na mencionada abstracção normativa. A formulação legal em referência denota a maleabilidade e o mimetismo das providências não especificadas, cuja adequação será determinada pela correlação entre a natureza do perigo e a natureza da providência, em que a primeira determinará a segunda.»

No que concerne a Subsidiariedade, mostram-nos Suas Excelências que: «supõe-se que nenhuma providência nominada seja abstratamente aplicável, e não que a providência aplicável em abstracto deixe de o ser por motivos respeitantes ao caso concreto.

Para determinar o campo de aplicação do procedimento cautelar não especificado tem de averiguar-se previamente qual a situação de perigo abstractamente previsto pelo legislador quando consagrou uma determinada providência específica».

Com base nesse pressuposto podemos concluir, que está é o meio adequado para o fim que se pretende, por não haver nenhum outro procedimento tipificado e nominado capaz de o realizar.

Por ultimo, na insusceptibilidade de tal providência implicar um dano maior do que aquele que se pretende acautelar, mostraram-nos (cf. pág. 100) que «o juiz deve ponderar entre os prejuízos que o requerente pretende

evitar e o dano que pode resultar do decretamento da providência...tem subjacente o princípio da proporcionalidade.

Para uma visão substancial de tudo que aqui se analisa, e porque dissemos já que o fim do direito é o **bem comum**, visando ordenar os aspectos fundamentais da convivência humana, criando as condições exteriores que permitam a conservação da sociedade e a realização pessoal dos seus membros.

Assim, de forma a promover a efectiva aplicação das regras, e mais ajuizando o direito invocado e a providência requerida, verifica-se existir correlação que fundamente o despoletar deste procedimento cautelar, pois vislumbra-se por que motivo a SODIAM serviu de fiadora, e a expectativa de lucro que resultaria da parceria estabelecida com a DE GRISOGONO, mas, em violação do direito do Estado Angolano, e através das empresas veículo criadas, foi causada a aquele e como tal ao requerente em representação do Estado Angolano, uma lesão grave ou dificilmente reparável do seu direito de crédito, o que acarreta portanto o deferimento da providência requerida

6. DISPOSITIVO

Por tudo quanto ficou exposto, julgo o presente procedimento cautelar procedente, ou seja, nestes termos em que o presente procedimento cautelar é julgado, declaro-o totalmente procedente porque provado e, em consequência o requerido Banco Bic está impedido de cobrar ao Estado e a sua empresa pública SODIAM EP, qualquer prestação referente ao contrato de mútuo e respectivas adendas, celebrados com aquela empresa pública até a decisão final da acção principal.

Custas a cargo dos requeridos, que fixo em ½ nos termos dos artigos 446º, nº 1, do Código de Processo Civil e 37º do C. das Custas Judiciais.

Notifique-se as partes.

Luanda, ao 11 de Maio de 2020

A Juíza de Direito

Regina Sousa